



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 18ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 04 de abril de 2016, com início às nove horas e quarenta e cinco minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Após a execução do Hino Nacional foi realizada leitura de passagem bíblica pelo vereador Celso Dal Molin. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 26/2016. Projeto de resolução nº 02/2016. Ofício nº 142/2016/GABFW/CMC, do gabinete do vereador Walmir Severgnini, comunicando sua filiação ao Partido Social Cristão – PSC. Ofício do PSC, informando que a liderança do Partido na bancada da Câmara será exercida pelo vereador Fernando Winter. Ofício SEAJUR/ATL nº 60/2016, em resposta ao requerimento nº 36/2016 de autoria do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 50/2016, em resposta ao requerimento nº 55/2016 de autoria do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 58/2016, em resposta ao requerimento nº 59/2016 de autoria do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 48/2016, em resposta ao requerimento nº 46/2016 de autoria do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 55/2016, em resposta ao requerimento nº 60/2016 de autoria do vereador Jorge Menegatti. Ofício SEAJUR/ATL nº 57/2016, em resposta ao requerimento nº 58/2016 de autoria do vereador Rui Capelão. Ofício SEAJUR/ATL nº 61/2016, em resposta ao requerimento nº 40/2016 de autoria do vereador Rui Capelão. Ofício SEAJUR/ATL nº 62/2016, em resposta ao requerimento nº 39/2016 de autoria do vereador Rui Capelão. Ofício SEAJUR/ATL nº 52/2016, em resposta ao requerimento nº 49/2016 da Comissão de Saúde e Assistência Social. Ofício SEAJUR/ATL nº 56/2016, em resposta ao requerimento nº 50/2016 da Comissão de Saúde e Assistência Social. Ofício SEAJUR/ATL nº 53/2016, em resposta ao requerimento nº 57/2016 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Ofício SEAJUR/ATL nº 51/2016, em resposta ao requerimento nº 42/2016 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Ofício SEAJUR/ATL nº 49/2016, em resposta ao requerimento nº 52/2016 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 59/2016, em resposta ao requerimento nº 51/2016 da Comissão de Saúde e Assistência Social. Inscritos para o pronunciamento no grande expediente, os vereadores: Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Paulo Porto, Nei H. Haveroth e Romulo Quintino. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA**: – Presidente: Temos as atas da 16ª e 17ª sessões ordinárias que foram realizadas nos dias 28 e 29 de março de 2016, em discussão as atas. Em votação, os vereadores favoráveis



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; atas aprovadas pela totalidade dos vereadores presentes. Passamos então, para o Projeto de lei nº 145/2015 que determina a publicação eletrônica da lista de espera para vagas na educação infantil, no âmbito do município de Cascavel; Projeto de autoria do vereador Professor Paulinho. O referido projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão, o parecer contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Sou favorável a este parecer contrário, aonde o próprio parecer fala sobre inconstitucionalidade em definir então que o Poder Executivo fica obrigado a fornecer essa lista de crianças, na lista de espera dos Cmei's. Nós conversamos longamente com o secretário de Educação, a respeito e ele nos falou que, a própria Promotoria Pública do Município de Cascavel foi questionada e foi indagado sobre isso, e teve as seguintes razões pra dizer justamente, pra que não fizesse a divulgação dessas listas; em função do grande perigo que existe, em função de ter expostas algumas milhares de crianças numa lista aí e, expondo na cidade. Hoje nem a Polícia Militar divulga o próprio nome de uma criança ou de um adolescente, pra ficar exposto aí na sociedade. É uma questão de preservação a identidade e a vida dessas crianças. Vivemos um período grave, aonde a pedofilia anda solta e mais uma lista na mão dessas pessoas maldosas, com certeza traria aí um prejuízo muito grande para os próprios pais e mais insegurança também, para as crianças. Então, pra isso eu peço voto favorável ao parecer contrário, em função de que o município não pode dar essa ferramenta para os malfeitores; sendo que a lista das crianças precisa ser preservada. Qualquer cidadão tem acesso lá na Secretaria pessoalmente, pra pegar a lista dessas crianças. O pai da criança chegando à Secretaria pode adquirir a classificação, enfim onde está colocada ali a sua criança na vaga de Cmei. Então atendendo a um pedido da própria Promotoria e ao secretário de Educação do município, é bom que nós não exponhamos a relação dessas crianças para a comunidade em geral. Seria isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Respeito à Comissão de Justiça, que na verdade eu entendo que nesse momento, desculpe o termo, mas neste momento ela não pratica a justiça. E ela está sendo injusta e o representante... todo respeito, vereador Cláudio Gaitero, mas o senhor deu uma boa aula de sofismo aqui. Colocar um argumento que sinceramente é um absurdo. Como é que pode... vou me ater primeiro aos pontos legais. Primeiro, a Comissão de Educação fez uma excelente defesa desse projeto, onde coloca argumentos extraordinários, dizendo da importância desse projeto. Projeto que não é do Professor Paulino, depois que está aqui, ele deixa de ser do vereador e ele passa a ser da Comunidade. Aqui, nós temos como aspecto legal da não intromissão entre os poderes: do Legislativo e do Executivo. Não vejo intromissão aqui porque, primeiro que nós não estamos criando nenhum setor para a administração, não estamos criando cargos. Nossa proposta é aproveitar melhor os recursos que já temos. Não é querer retirar a lista das crianças que estão lá, na mão do Dr. Luciano. O que nós estamos querendo fazer é proporcionar condição para que, o pai ou a mãe ou responsável,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

obviamente que, com travas técnicas, com senha onde o pai ou a mãe, ou responsável e essa pessoa deve receber uma senha no momento em que ela fez a matrícula para sua criança e aí, quem é que vai abrir? Não é qualquer um que vai entrar lá, é irresponsabilidade pensar que qualquer pessoa pode entrar numa lista dessas, como é irresponsabilidade entrar em qualquer setor, onde não faço meu registro. Qualquer espaço da prefeitura deve ser tolhida a entrada de qualquer um. Dizer que pedófilo pode acessar a lista das crianças, então, estamos todos perdidos; porque está aberta a internet aí e agora, a Secretaria de Educação não pode estar aberta? Temos que ter uma senha de acesso, quando o pai e a mãe fez a matrícula. Deve receber esta senha assim como a minha conta bancária ou de qualquer um de nós e, não pode ser violada. Assim como qualquer registro que exija um mínimo segurança, nós temos condições técnicas pra fazer isso. Podemos citar cidades, onde está funcionando muito bem. Até hoje, não vi crianças sendo... aqui já teve, mas lá não; que eu tenha conhecimento. Temos que zelar por nossas crianças. E tem a questão moral, porque não quero que as mães fiquem ligando pra minha casa pra que vá arrumar vagas pras crianças. Isso que é imoral, inconstitucional, crime. Não estou dizendo que tem acontecido, mas é uma possibilidade que existe. Discutindo meramente o que é de fato a situação, que discutia a negativa da Comissão de Justiça. Quero dizer o seguinte: essa Comissão não pode ser julgadora politicamente, tem que julgar do ponto de vista técnico. E do ponto de vista técnico, não estamos invadindo os poderes. É muito mais uma questão moral, se for moral, política; peço aos senhores vereadores que observem isso, temos que tirar dos nossos ombros, temos que responsabilizar o Poder Executivo. Quem tem que dar conta disso? Tem mais de 3.000 crianças na lista de espera e precisamos universalizar o acesso de nossas crianças. Agora, não dá pra escolher quem tem vaga ou não tem vaga. Quem se inscreveu está na listagem e o responsável tem que acompanhar, o pai, a mãe ou o responsável, tem que acompanhar a criança na lista de espera. Não dá também, pra ficar só o promotor cuidando disso. Ele tem mais coisa pra fazer, ele só está fazendo, porque nós não estamos fazendo. Peço aos senhores, voto contrário a esse voto da Comissão. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: No seu artigo 3º, o Projeto não fala em nenhum momento em senha. No artigo 3º está assim: a lista deverá ser divulgada no site da prefeitura, com acesso destacado na página inicial e não fala em senha. É um acesso realmente facilitado a todas as pessoas que poderão expor as crianças ao ridículo. Como falei, nem a Polícia Militar divulga o nome de pessoas menores e, não só aqui em Cascavel. - Vereador Professor Paulino: Inclusive na Comissão de Educação que fazemos parte, somos membros desta Comissão, após lido o projeto saiu como proposta da Comissão de Educação que se faça essa adequação e, são situações que a gente pode acertar. A gente pode obviamente acertar; não dá pra rejeitar o projeto porque temos que ter essa chave, quem tem a chave é o pai e mãe. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Sou favorável ao Projeto, a única coisa que realmente nos preocupa e foi o debate do vereador Cláudio Gaitero, que tem que fazer uma emenda, pra que se coloque senha exclusiva



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aos pais, que são a parte maior interessada. Se não for assim, este projeto não tem como dar andamento. Vejo que realmente é uma preocupação: há muitas crianças fora, e inclusive a Defensoria Pública tem feito um papel fundamental, nesse sentido. Agora é importante que os pais acompanhem. A Secretaria de Saúde fez isso, não da forma que deveria como a lei do vereador Vanderlei que, nos próximos dias tenho certeza que virá novamente pra esta Casa, mas pela situação inclusive de que nós possamos ter esse amparo legal aos pais, para que os pais possam acompanhar via acesso à internet no site oficial da prefeitura. Sou favorável a seu projeto, mas logicamente se amanhã a Comissão não fizer, nós vamos fazer uma emenda fazendo essa regulamentação, ou seja, dando acesso ao direito aos pais ou aos cuidadores dessas crianças, mas com a devida interpretação legal, ou seja, com o acesso à internet somente desses responsáveis. Senão, não tem como também deliberar um projeto sem essas circunstâncias. Era o que tinha. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Também gostei do projeto do vereador Professor Paulino. O projeto é bom, tem meu voto contra o parecer e a favor do projeto; mas também concordo que talvez, amanhã o senhor mesmo possa fazer uma emenda para consertar a situação. Porque na sua fala, Professor Paulino, também me encontrei quando os pais me ligam pedindo uma vaga numa creche. Sabendo da necessidade, sabemos que precisa de mais vagas e com uma senha, como o senhor mesmo falou, colocando no papel agora, nós vamos conseguir aprovar este projeto para que isso aconteça mesmo. Os próprios pais vão saber que eles não estão sendo prejudicados, porque se o filho dele é o primeiro vai ficar sabendo que é o primeiro. Se é o segundo, terceiro, ele sabe qual a colocação do seu filho. Talvez, Professor Paulino, não sei se encaixaria, o número de vagas que tem a creche estar nesta relação, em que a criança está lá. Na creche lá no Floresta, por exemplo, o número de vagas que tem na creche e, se ela está ocupada com crianças. Pode acontecer de uma criança também sair dessa creche e não ser tomada essa vaga, às vezes, por algum motivo; então, o senhor tem o meu voto contra este parecer: para que o senhor amanhã faça uma emenda aqui, no artigo 3 e talvez, consertando nessa fala que o senhor mesmo falou e terá o meu voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Essa história das creches é o que está acontecendo no serviço público em geral. É fila do SUS que está morrendo gente, porque o Ministério Público... não sei o quê. Essa classe devia ser extinta: como um promotor se acovarda diante de uma fila de 3.000 crianças, que está na Constituição que eles devem estar na escola e ele, acovardado fica quieto. Tipo aquela vez do Ganso Sem Limite furando fila, e os covardes atrás de nós. Ao invés de acabarem com as filas, querem é acabar com quem denuncia as filas. Essa Constituição de 88, se não tiver reforma, nós estaremos mortos. O Estado do Paraná é 5 milhões por ano de déficit e o município de Cascavel, não vai ser diferente. Estive com o professor da Unioeste, me dá a tristeza maior do mundo: 10 formandos de economia no final do curso e tem mais professores do que formandos de economia. Estamos num país que pode tudo e quem vai pagar a conta? Fui contra o Estatuto da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Criança e Adolescente que acho que o pai e mãe são responsáveis e, fui o único que votei contra. “Tem direito a criança...o cara não consegue chegar e se forma estrutura caríssima pra se fiscalizar... o nada. Põe em lista de espera, como tem nos Pac's, lista de espera da morte. Acho que temos que mudar a Constituição, porque o tempero está mais caro que o bife. Estamos num País, onde o problema está na Constituição de 88, que pode tudo e quem paga a conta? Essa lista de 3.000 pessoas, eles não têm direito. Vamos na Constituição e, vamos mudar e refazer essa fila; se não vira bagunça. Eu, amigo do vereador tenho direito a vaga, se não sou amigo de um vereador, prefeito, não tenho direito a essa vaga. Se sou amigo de um promotor tenho direito a vaga, do juiz tenho direito a vaga e, isto não está na Constituição. Temos que lutar pra acabar com as filas. Nosso problema maior não é lista, eu sou contra a lista, Paulinho. Temos que rasgar essa lista, é pior que a Lista de Schindler, se não é pior é igual: estamos fazendo Lei pra mentir pra população. Queria que um dia, um promotor estivesse comigo pra discutirmos. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Professor Paulino: Concordo com o senhor, que é triste falar em lista de espera. Mas enquanto o acesso não está universalizado, não temos muito o que fazer e o que não dá é ficar esperando, quem vai ou quem fica; aí sim é a Lista de Schindler. Escolher entre esse negro, esse aqui é judeu, esse aqui não sei o quê; essa vai e esse fica. Não podemos aceitar isso, então por isso ela tem que ser universalizada. – Vereador Jorge Bocasanta: A gente não pode ter medo de lista, apesar de ser contra a lista. E se tem algum pedófilo, tem outro promotor que vai denunciar o pedófilo; então vamos votar contra esse parecer e a favor desta lista que: lá dentro da minha pessoa não deveria existir. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Eu acho que estamos chegando num entendimento. Ninguém tem dúvida de que a transparência é fundamental. E esta lei traz pelo menos: um pouco de transparência às listas, que é um debate imenso em Cascavel. Eu creio que devemos votar contra o parecer e depois, discutimos o mérito do projeto que é muito bom. E eu não tenho dúvida que, se tiver que fazer correções, faremos com emendas e em debate com o proponente, que é o Paulinho. Então não vejo porque manter o parecer, que eu entendo que é equivocado. Devemos derrubar o parecer, vamos ao mérito do projeto e discutiremos. Temos o dia inteiro hoje e amanhã, pra discutirmos emendas para que esse projeto seja factível, porque é fundamental o Poder Público garantir sempre transparência: não pode haver dúvida dos processos de seleção de uma lista. Eu acho que este projeto tem essa qualidade, por isso parablenzo o proponente. Peço voto contrário ao parecer. Vamos ao mérito e depois, debateremos junto ao proponente, maneiras de se qualificar esse projeto, que já é interessante e bom; porque eu volto a dizer: é fundamental esta Casa garantir todo Projeto de lei que dê transparência ao Poder Público. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Eu quero me ater principalmente ao parecer contrário da Comissão de Justiça, quanto ao desrespeito aos membros desta Comissão. Mas eu entendo que, não houve aqui intromissão na invasão de prerrogativas e nós temos sim, eu falo com certo conhecimento na área, inclusive a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

jurisprudência que foi juntada aqui, ela não contribui; porque nesta ADIN que aqui está fala em: plano de governo. Este projeto não está alterando plano de governo. Então, entendo com todo respeito, que houve realmente um equívoco da Comissão em Direito e isso é possível porque são interpretações de normas: a maneira que a Comissão interpretou, não é a mesma que eu entendo. Então eu acho que nós temos que votar contra esse parecer, pra daí sim, discutirmos o mérito do projeto, que eu acho muito bom. E aí se discuta a questão de: alguma adequação quanto à senha. Eu acho que há necessidade até, em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que nós temos que preservar a identidade da criança, mas esse assunto como falou o vereador Paulo Porto, pode ser corrigido por emenda. O projeto é bom, uma questão até constitucional em que todos têm os mesmos direitos; então esta lista fará com que qualquer pai possa acompanhar e ver se o seu filho está tendo seus direitos respeitados. Então não tem nada demais em que os pais acompanhem se: o seu filho está próximo ou não, de ser chamado. E aqui, nós estamos falando do momento mais importante da formação da pessoa, que é a primeira idade. Então é fundamental que, nós tenhamos preocupação nesse sentido, para que todas as crianças tenham o acolhimento nos Cmei's. Espero a compreensão de todos os colegas, para que não aceitemos este parecer. E aí sim, vamos discutir o mérito do projeto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Há poucos dias, recebi no meu gabinete uma senhora que, pedia uma vaga na escola pública e mais precisamente dos Cmei's, para sua filha. Ela trabalha e ganha um salário mínimo, seu marido trabalha por conta, e estava até com uma dificuldade muito grande; porque ela necessita de trabalhar e quem ia cuidar da sua filha. Ela inscreveu em vários colégios, mas eu fui ver um colégio, só pra ter uma visão. Nós não podemos ficar furando fila, pedindo que alguém passe na frente na fila; e como é que estava a situação? Ele era o 21º da lista, então tinha vinte e uma crianças na frente pra zero vaga na sala, que ela deveria estar. A gente conversou bastante com os diretores nos outros Cmei's que eu estive, aonde existe espaço para aumentar salas e só neste lugar daria pra aumentar umas cinco salas, onde já existe uma estrutura e aumentando o quadro de pessoal, poderemos atender um grupo maior de crianças. Então nós ficamos, muitas vezes, malhando em ferro frio aqui e as medidas necessárias para atender as crianças não são tomadas pelo Poder Executivo, enquanto que uma lei temos que dizer é inconstitucional, porque começa a cobrar mais das autoridades, prefeitos e secretários pra que eles entendam de uma maneira diferente a questão da criança e a questão da necessidade dessas crianças na sala de aula. É impossível que a população que paga impostos caros, não tenha o atendimento necessário para a sua família. Oxalá, hoje em dia não é como antigamente que você morava no sítio e ia a pé pra escola. Aqui hoje, você tem que trabalhar pra poder conseguir viver decente dentro de uma cidade. E olha lá que nem sempre ainda, se consegue se viver decente: pagar uma creche particular que custa R\$ 600,00, R\$ 700,00 pra quem ganha um salário mínimo é impossível, portanto o encaminhamento do professor Paulino dessa lei é um encaminhamento importante, mas não resolve a situação. Lamentavelmente, tem que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ser resolvida através do interesse do prefeito e de seus secretários em construir uma sala de aula a qualquer custo, mesmo que seja dentro dessas medidas que o prefeito está tomando aí, de diminuir 10%, de economia nesses meses que se seguem. Essa economia deveria ser para a educação, para essas vagas, para contratação de professores para atender as nossas crianças. Nós votarmos um projeto desses pedindo, embora eu acho que é muito importante a transparência: não precisaria ter o nome da criança, mas lá o número do registro, da inscrição pra que a pessoa consultasse; mas vai consultar perdendo tempo, porque as medidas necessárias o Poder Executivo não está tomando. E existe realmente nós sabemos muitas razões, nesse sentido: falta de repasse do Governo Federal que tem só cortado verba, não tem feito os reparos necessários. O Governo Estadual também, se vê com as pernas amarradas também devendo até o pescoço e assim dessa forma; nós temos que ficar debatendo aquilo que as autoridades competentes não são competentes para resolver. Sinto muito, eu até voto por uma questão de respeito à iniciativa do Professor Paulino. Votar contra o parecer, mas eu acho que nós estamos malhando em ferro frio; porque as autoridades não estão tendo respeito com nossas crianças, que deveriam ter. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Como presidente da Comissão de Educação, não posso deixar de me manifestar. Demos parecer favorável ao projeto e analisamos o mérito deste projeto; mas dizer que isso não vai resolver o problema. Eu entendo a fala do vereador Jorge Bocasanta, que é contra a lista. Então vai colocar os alunos lá na casa dele? É uma demanda de Cmei's. Quem sabe o Governo Federal se não fosse tão incompetente e mandasse mais dinheiro para nossa cidade, nós teríamos mais Cmei's para colocar essas crianças, que estão na fila de espera. Então o meu voto é favorável a este projeto, porque está a olhos vistos para todo o pai, para toda a mãe, ver ali a vaga da sua criança, do seu filho. Mas eu concordo com o Vereador Luiz, não vai resolver o nosso problema. O que é que vai resolver nossos problemas é construir mais Cmei's. Nós temos uma demanda muito grande, mas dinheiro como se diz não dá em árvore. Nós precisamos que o Governo Federal, o Partido dos Trabalhadores, vereador Paulino que é o seu partido, se movimente e comece a trabalhar e até agora, nós não vimos nada, vereador Cláudio. E que mande as verbas necessárias para que os municípios construam as escolas e os Cmei's necessários. Meu voto é favorável ao projeto e contra o parecer. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Importante me manifestar sobre a questão do parecer. Tendo em vista que aqui, algum tempo atrás teve uma audiência pública, se não me engano em 2013, ainda sobre esse problema que vivemos no município. Tínhamos um modelo de oferecimento da educação infantil na cidade, que era basicamente composto por creches no meio público e as escolas particulares que ofereciam também, atendimento às demandas principalmente dos trabalhadores que, às vezes, não tinham onde deixar os seus filhos; houve uma mudança na legislação. É lógico que nós não vamos conseguir e nenhum governo, nem a iniciativa privada, ninguém vai atender uma demanda de mudança legislativa, num curto espaço de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tempo. Eu preocupado com essa situação, alguns dias atrás eu estive na Secretaria, vendo como é que estava sendo tratado isso; porque na audiência pública ficou definido que a Promotoria acompanharia de perto, pra que ninguém passasse na frente do outro. E eu estive lá na Secretaria, no departamento que atende e só os familiares conseguem saber que posicionamento que está à criança lá: pra saber a vaga que ela está e onde é que, está inscrita. Acho importante, é importante porque cada um tem uma opinião pedagógica a respeito do oferecimento da educação infantil, mas até que a gente não alcance essa universalização do direito e que está estabelecido em lei, eu acho que teria que ter critérios. É injusto pessoas que deixam... porque os Cmis estão de parabéns pela formação dos professores, uma formação adequada. A qualidade dos Cmei's principalmente os novos, não aqueles antigos que ainda precisam de reforma; dão uma qualidade muito grande para os alunos e o que está acontecendo? Os pais migram das escolas particulares também, pra o setor público porque oferecem uma qualidade importante. Toda a classe da educação está de parabéns. Estávamos, inclusive, recebendo essa demanda privada, também. Acho também que fila nem deveria existir ao contrário: as pessoas entram na Justiça e, talvez aquele cidadão que teria alguma outra forma de colocar o filho dele e aquele trabalhador, que a mãe tem a carteira assinada, o pai tem a carteira assinada, ou não tem condições realmente de cuidar do filho dele, ou onde deixar, este não é atendido porque aquele que teria condição e que saiu da iniciativa privada entrou na Justiça e a Justiça determinou que o município atendesse. É uma situação muito complexa, isso. Não estava na Comissão de Justiça quando foi dado este parecer, mas eu acho que não deveria ter fila. Temos que trabalhar nas políticas, no sentido de resolver o problema e não vai ser de um dia para o outro. Agora, a Secretaria, da maneira que ela está trabalhando eu acho incorreta. Ninguém interfere na demanda a não ser a própria Secretaria ou o departamento que está cuidando disso, juntamente com a Promotoria Pública que foi o resultado de uma audiência pública, que teve nesta área e nesta problemática no passado. Eu acho que cada um tem sua opinião aqui, e o parecer é tem que deliberar e se for possível, passar essa emenda e, também o projeto precisa ser colocado em prática porque é o que se espera. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o projeto. Em votação o parecer contrário ao projeto de lei de nº 145/2015. Proceda a nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Fernando Winter) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino e Walmir Severgnini) – Secretário: 9 votos favoráveis e 10 contrários. – Presidente: Com 9 votos favoráveis e 10 contrários parecer da Comissão de Justiça e Redação, prejudicado. Em primeira discussão o Projeto de lei nº 145/2015 de autoria do vereador Professor Paulino. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: O professor Paulino e o Rui Capelão, vereadores, deram uma sugestão: que o Governo federal mande dinheiro para construir creches, Cmei's. Eu



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vou historiar e voltar 7 anos e 3 meses e 4 dias pra trás: tínhamos 2.000 vagas nos Cmei's. De 2009 à 2014 foram construídas entorno de 20 novas Cmei's: salas novas ou escolas alugadas, terceirizadas e se colocaram aí, mais 4.000 crianças e então, hoje, 5 anos depois, seis anos depois, em 2014 tínhamos 6.000 vagas. Nesse período abriram 4.000 vagas e a solução pra isso não está numa lista aberta, para que a população tenha conhecimento. A pessoa que procurou Vereador Paulino, a mãe da criança que procurou o Rui Capelão, eles foram se apegar numa possibilidade de um vereador conseguir uma vaga, e não saber qual era a classificação na lista de espera. Portanto, uma coisa tem que ser dita e clara: quando alguém procura um vereador pra pedir o apoio, no sentido de conseguir vaga, é porque ele já esteve na Secretaria de Educação e viu que: a criança que ele é pai ou responsável, ela está numa lista de espera e a classificação dela é nono, décimo, vigésimo lugar. A Secretaria de Educação tem a obrigatoriedade de colocar em ordem de inscrição as crianças, na medida em que surgem as vagas, mesmo porque a Promotoria Pública está fiscalizando. O segundo ponto é o seguinte: concordo com o vereador Jorge Menegatti, que a Constituição de 88, infelizmente deu poucos deveres e direitos demasiados; por 74 vezes a palavra direito aparece na Constituição de 88, e apenas 4 vezes a palavra obrigação, e 1 vez a palavra produtividade. Concordo com Vereador Jorge Bocasanta, nesse aspecto. Concordo com o vereador Nei Haveroth, quando coloca que nem sempre a pessoa que mais precisa colocar a criança, é aquela tem a prioridade; porque o ensino e as vagas são universalizadas. Portanto, se o cara ganha R\$ 10.000,00 por mês e quer retirar a criança do particular e colocar no público, ele tem direito. E se ele ganha um salário mínimo, às vezes tem que ficar na fila de espera. Isso é uma injustiça, porém é a lei que determina que você faça isso. E muitas vezes a pessoa que entra na Justiça e logra êxito em colocar um aluno que tirou de uma escola particular na pública, está tomando a vaga daquele que está em primeiro, segundo, terceiro lugar. Então só pra concluir: não é uma lista tornada pública que vai resolver o problema das vagas nos Cmei's e nem colocar o fulano, beltrano, passando pra trás outras crianças que estão na lista de espera. Era isso que eu queria colocar. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: O Luiz Frare falou que, tem 6 mil vagas. Em Cascavel, nascem mais ou menos 5.000 crianças por ano. 5.000 vezes 6 anos é 30.000. De onde o município vai tirar 30.000 vagas pra crianças? Me lembro o dia que veio um cidadão falar da Saraiva de Rezende, que custa R\$ 700,00 por vagas no serviço público. Não seria mais interessante aumentar o Bolsa Família e dar pra própria mãe ficar em casa, cuidando dos filhos? Quem me criou e me fez médicos, porque estudei em escola pública, foi a minha família. Olha quanto bandido tem preso e matando gente, de 14, 15 anos, e na época não tinha isso. Ninguém cuida melhor do seu filho do que sua mãe e seu pai. Será que não seria mais interessante, ao invés de gastar R\$ 700,00 por criança nos Cmei's, dar o dinheiro pra esta família viver e criar os seus filhos? Nós estamos tudo perdidos, o Estado cresceu demais e o povo não aguenta pagar imposto. Foi por isso que saí do Partido dos Trabalhadores, não foi pelos roubinhos que tem lá e, que nós



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

somos menos ladrões que todo mundo que está lá. Em Cascavel, quanto se gasta pra manter essas 6.000 crianças na escola? – Vereador Luiz Frare: O município gasta R\$ 750,00 por aluno, na escola durante um mês; vezes 12 meses dá R\$ 10.000,00 por mês. E 30.000 alunos que estão nas escolas públicas municipais. – Vereador Jorge Bocasanta: A mãe está saindo pra trabalhar pra ganhar R\$ 800,00 e compensa ela sair pra trabalhar ou devia ficar cuidando da família, em casa? Temos que rever isso. Está muita coisa errada e, está muito caro. Quando se aglomera um monte de gente numa sala pequena de aula, é pra se diminuir o custo e hoje o custo está maior do que sair pra trabalhar. Quanto se gasta com o sistema carcerário do Brasil? Aqui em Cascavel, analise, quando cheguei aqui em 98, não tinha PIC, PEC, Polícia Federal, alguma coisa está errada! Tínhamos que mudar todo esse sistema, fazer com que as pessoas tenham mais dever do que direito e fazer com que possamos tornar um País melhor. Tenho 3 filhos e cobro deles pra serem pessoas boas; não importa se vão ser pedreiro, eletricista, médico, o que vão ser, mas cobro que sejam pessoas boas. Aqui em Cascavel, quando bati na Assistência Social, eu falava: quantas pessoas são tiradas do assistencialismo? Está um governo inchado e ineficiente e nós reclamando do Governo Federal, Estadual e Municipal. Esta lista se chegasse pra mãe que deixa o filho na creche e falar: se você pegasse esse dinheiro, não ficaria em casa? Está muito caro esse negócio. Vou votar favorável pela transparência, mas não que vai mudar e, alguma coisa tem que mudar. O sistema de hoje, depois da Constituição de 88 vai falir o País e já está falido, no meu ver. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Deixar claro que temos que pontuar o debate. Não está debatendo se vai resolver o problema. Não vai ser uma lista e, temos clareza que, esta lei não resolve o problema. Resolve o Executivo construir as vagas necessárias, coisa que ainda não fez. Eu queria também fazer uma defesa, me incomoda as falas contrárias à Constituição Cidadã de 88: que bom que tem mais direitos do que obrigações e deveres, brigamos muito por ela, após a ditadura militar. Que bom! E fica claro que é o que está em jogo no País hoje, o que está em jogo são as conquistas de 88, não se iludam com esse debate Nacional. O que está em jogo são as conquistas não é outra coisa. Vocês percebem que o debate se encontra aqui também, que bom! Peço voto favorável ao projeto, por entender... ninguém é ingênuo de achar que vai resolver o problema. O problema não se resolve com este projeto, ele apenas dá transparência. O problema se resolve com vaga: gastando dinheiro público em educação. A criança ser prioridade é a criança no orçamento, não há outro jeito e se resolve, assim. Porém este projeto tem a qualidade de dar transparência à lista que, infelizmente, hoje é inevitável, mas se ela existe que, todos e em especial os pais, tenham acesso da maneira mais facilitada possível. Peço voto favorável ao projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Estamos propondo transparência. Sabemos que isso, não cria nenhuma vaga. Não é prerrogativa nossa, nós não temos competência, enquanto vereadores, pra criar lei. Se tivéssemos a caneta na mão e recursos, certamente todos nós aqui estaríamos empenhados em ter mais Cmei's, mas somos favoráveis a medida



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que ela se transforme em orçamento. Quando ela vai para o orçamento, nós votamos favorável pra que se construa mais escolas, mais Cmei's. Só dizer que nosso objetivo é estar sempre defendendo nossas crianças. Foi perguntado a nós o que é isonomia e isonomia é isso: é poder garantir que tanto a criança pobre quanto a criança rica, nessas vagas universais nenhuma pode ter mais direito que a outra; nenhuma pode ter privilégio sobre a outra. Vamos fazer isso, fazendo esse debate e mostrando de forma muito clara, dizendo: olha, não tem mais, se não tem a gente vai ter que construir. Me coloco à disposição também, quando os colegas aqui propuseram uma emenda; a nossa Comissão de Educação já havia se pronunciado e solicitado a emenda no sentido de, se criar esse chaveamento eletrônico que é bem óbvio, mas vejo dessa forma que a gente estaria então, preservando nossas crianças. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Vou votar a favorável a este Projeto. Gostaria de saber se, caso essa lista foi violada por uma decisão judicial e alguém passe na frente nessa questão, qual vai ser o procedimento que nós vamos tomar, no questionamento da própria Justiça e no sentido de ultrapassar o direito daquele que estava escrito anteriormente? É só uma preocupação que eu tenho; quais as ferramentas que vamos ter pra debater isso. Porque aquele que tem acesso ao advogado, que vai lá e entra, não é o trabalhador lá que precisa, às vezes, do atendimento e então como que nós vamos trabalhar diante de uma lei neste sentido, quando houver alteração? Obrigado. – Vereador Professor Paulino: O Executivo tem que buscar solução. Vi uma fala do prefeito na qual eu concordo: o juiz mandou colocar, eu pago a vaga. Ele falou isso: ele compra uma vaga onde a criança possa estudar. Se o juiz determinar, até porque existe uma máxima que, determinação judicial se cumpre. Mas eu acredito que todos os juízes, assim como o promotor, que está hoje com essas listagens na mão, ele têm condições de dizer e de verificar aonde que vai se colocar; e então acredito que é isso. Não seria problema pra nós; é problema sim, mas estrutural e isso só a construção de Cmei's. Existe a possibilidade de locação de escola. Se está fechando escola particular, porque as crianças estão indo para as escolas públicas, então por que não se loca prédio pra nossas crianças? Essa questão de vagas tem que ser debatido, depois. É um direito constitucional, ele tem que ser universalizado. Nós entendemos as falas do vereador Jorge Bocasanta, quando ele acha que a gente tem direito demais. Não vejo que tem direito demais, o nosso grande problema hoje é que, nós não estamos tendo nossos direitos universais, sendo todos eles respeitados. E aí sim, é uma disputa, aqueles que exigem o direito e aqueles que têm que dar o direito. A Constituição Federal é a Constituição Cidadã e nós estamos podendo estar aqui, graças a esta Constituição que nos garante esse direito. Concordo plenamente que não haverá a criação de nenhuma vaga a mais com esse projeto; então por isso, nós não interferimos no Poder Executivo, a única coisa é garantir esse direito. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Eu vejo por essa situação aqui que, realmente nós não vamos resolver. Papel, computador, não vai resolver o direito a uma criança ou até mesmo um adulto: o seu Cmei garantido. Eu vejo pela questão da facilidade que, nós teremos para as pessoas, inclusive dos bairros mais longe e da periferia da cidade



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

de Cascavel, lá dos distritos e que, muitas vezes, têm que vir aqui na cidade pra verificar aonde que é e, aí vai à Secretaria, não é! Vai à Defensoria Pública e, não é na Defensoria Pública; então dessa maneira eu vejo que: com esse projeto, quem tiver acesso à internet tem o direito de verificar a vaga do seu filho. Obrigado. (-Um aparte) - Vereador Professor Paulino: Pois não. – Vereador Rui Capelão: Eu gosto muito de votar em projeto que busca a solução e parece que o seu projeto, ele não busca solução; mas ele mostra uma grande preocupação desta Casa com as vagas do Cmei. Portanto, ele tem uma validade; porque nós estamos levando essa preocupação ao Poder Executivo, no direito que têm as nossas famílias de terem essas vagas. Portanto, o meu voto é favorável nesse sentido, mas temos que cobrar mais do Poder Executivo, solução para esses grandes empecilhos que nós temos, em defesa das nossas crianças. - Vereador Professor Paulino: Convido os vereadores que se dispõem a nos ajudar a fazer, então a emenda pra gente apresentar para o projeto, na questão do chaveamento da senha para os pais. Embora, está óbvio que não pode ser liberado uma consulta sem que haja esse chaveamento, mas temos possibilidade de melhorar e então, a gente aceita. Eu gostaria sinceramente que, todos possam estar assinando então, a emenda. Obrigado. – Presidente: Gostaria de pedir uma objetividade, levando-se em conta que já estamos há uma hora e meia nesta discussão e ainda, temos mais três projetos na pauta. E hoje, por ser a primeira sessão do mês, temos a Tribuna do Povo, onde veremos algumas entidades como: o Lyons Clube, Siprovel e APP Sindicato; então gostaria de pedir que, a gente pudesse acelerar um pouco as discussões. Em votação o projeto de lei nº 145/2015, que determina a publicação eletrônica da lista de espera para vagas na educação infantil, no âmbito do município de Cascavel. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Ganso Sem Limite, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Walmir Severgnini, Professor Paulino, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Fernando Winter) (Foram contrários os vereadores: Cláudio Gaiteiro e Luiz Frare) – Secretário: 17 votos favoráveis e 2 contrários. – Presidente: Com 17 votos favoráveis e 2 contrários, Projeto de lei nº 145/2015 aprovado em primeira votação. Passamos então, pra primeira discussão do Projeto de lei nº 07/2016 de autoria do vereador Rui Capelão, que institui o “Dia municipal de combate ao mosquito Aedes aegypti mais hematófagos vetores de doenças”. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Este projeto procura trazer um incentivo maior, no combate a determinadas doenças que nós temos, no nosso município: não só com o aedes aegypti, mas também com outras doenças que possam ocorrer causadas por hematófagos. Portanto, nós queremos que haja uma preocupação maior dentro da nossa cidade, nossos órgãos públicos de saúde principalmente, no combate a essas doenças. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Robertinho Magalhães: Nós que trabalhamos na saúde aí, há mais de 30 anos e vemos o que está causando essa epidemia da dengue hoje, no nosso Paraná, nós temos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

conhecimento que a epidemia chegou aqui perto: Foz do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, com uma morte. Parabenizo e vou ser favorável a este projeto. (-Um aparte) – Vereador Rui Capelão: Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: O filho da minha empregada foi internado, uma coisa grave. E também falar pra os alunos que já estão se retirando que, o ensino deles é Público, gratuito, mas custa muito caro pra população e eles devem cobrar mais, pra que tenha um ensino melhor e pra chegarem às universidades. - Vereador Rui Capelão: Ele traz um dia para o combate a esses tipos de doenças, a esses tipos de animais, que nos provocam as doenças. E nós até entendemos que nesse caminho o Poder Público Municipal, o Executivo está contribuindo porque o projeto que ele traz logo a seguir e que nós iremos votar, ele também traz determinadas medidas, prevenção de determinadas doenças, exigindo de algumas empresas ações, nesse sentido. Portanto, era essa minha colocação. Agradeço a contribuição de todos os senhores. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Não seria viável uma semana? Não iria abranger mais? Talvez uma semana, seria mais interessante. - Vereador Rui Capelão: Era isso. Muito obrigado. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 7/2016. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Cláudio Gaiteiro, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Ganso Sem Limite, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Walmir Severgnini, Professor Paulino, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Fernando Winter) (Foi contrário o vereador: Luiz Frare) – Secretário: 18 votos favoráveis e 1 contrário. – Presidente: Com 18 votos favoráveis e 1 contrário,, aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 7/2016. Passamos para o Projeto de lei nº 8/2016, de autoria do Executivo Municipal e que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de cobertura em depósitos de pneus, ferros-velhos e atividades afins, para evitar acúmulo de água que se torna foco gerador do mosquito transmissor aedes aegypti e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Vou encaminhar pedido de vistas, porque temos uma reunião da Comissão de Meio Ambiente sobre essa situação e porque este projeto é importante. Sou a favor, mas precisamos esclarecer alguns pontos desse projeto, no sentido de quais são essas áreas afins, principalmente na questão dos pontos de reciclagem, de recepção de material reciclável que não tem os cuidados devidos com a situação, principalmente daquilo que votamos no projeto anterior, que é o controle. Proceder essa questão da preocupação, na formação de focos que geram doenças e também, não temos, inclusos no projeto, os setores públicos que são afins. Não estão especificados que é o pátio da Detran, outra questão é o prazo, outra é a área a ser coberta, acho que ela pode ser trabalhada neste sentido, um percentual de áreas e o restante ser medidas de prevenção para que não proliferem ali, esses focos. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Queria que ao invés de vistas, pedíssemos 4 ou 6 sessões que dá mais tempo, depois vou fazer colocações também; mas gostaria que fosse 4 ou 6 sessões. – Vereador Nei H. Haveroth: Estou fazendo o pedido de vistas e se caso a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

gente não solucionar a situação, mais pra frente podemos fazer o pedido de adiamento. Pedido de vistas hoje, pra nós buscarmos uma solução imediata; porque é uma situação também urgente de ser tratada nesta Casa e ser colocada em prática. Obrigado. – Presidente: Em discussão o pedido de vistas formulado pelo vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Quero pedir que seja apoiado este pedido de vistas, devido ao que o vereador Nei falou. É um problema sério quanto ao tempo, quando tem algumas coisas definidas neste projeto e tem empresários que vão ter problema sério aqui, se esse projeto for aprovado como ele está. Têm empresários que vão fechar seu estabelecimento e não precisamos disso; então esse pedido de vistas é muito importante, para que nós possamos conversar e deixarmos ver o projeto, conversar com eles. Estamos conversando, vimos o projeto, estamos analisando a situação, mas não chegamos ainda a nenhuma situação que seja viável para o Executivo, que faz o pedido, e para os empresários. Peço seu voto favorável ao pedido de vistas do vereador Nei. Ainda nós vamos estar reunidos essa semana com o pessoal e, quem quiser participar, pode participar com a gente e com a Comissão, para que possamos estar fazendo um projeto que, vem a beneficiar a todos. Então eu peço voto favorável ao pedido de vistas. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Peço voto favorável ao pedido vistas, por entender que do jeito que está esse projeto é um projeto que favorece o cartel. É um projeto que beneficia apenas os grandes e todos os pequenos, fecharão. Nós não podemos usar a saúde como pretexto pra cartel; por isso é necessário mudar esse projeto. Peço voto favorável ao pedido de vistas e que todos interessados compareçam, pra poder debater, poder qualificá-lo e realmente discutir saúde pública e poder fazer um projeto factível pra todos, e bom pra todos em Cascavel. Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Não seria melhor pedir o adiamento? Eu acredito que uma semana seria pouco, mas temos que discutir melhor, isso aí. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Então encerro com esse compromisso, caso não for solucionado, volta ao plenário e nós votaremos aí sim, o adiamento ou prolongaremos do pedido de vistas. Peço voto favorável. – Presidente: Quero concordar com o pedido de vistas, só pedir para os senhores vereadores terem pressa com essa discussão; porque é um momento preocupante pra saúde pública. É um momento pra tomarmos medidas rápidas, eficientes, mas entendendo toda a situação envolvida. Então, pedir aos senhores vereadores envolvidos nessa discussão que de fato as coisas avancem, durante essa semana. Continua em discussão. Em votação o pedido de vistas. Em votação, os vereadores favoráveis ao pedido de vistas formulado pelo vereador Nei H. Haveroth, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; pedido de vistas aprovado. O Projeto de lei nº 08/2016 retorna à pauta, na sessão de segunda-feira. Finda está a matéria da ordem do dia. Eu consulto aos senhores vereadores, da possibilidade de fazermos a inversão dessa pauta. (Acatada) – **TRIBUNA DO POVO:** - Presidente: Convido pra fazer o uso da Tribuna do Povo, o Lyons Clube Cascavel e Serviços, que oficiou a esta presidência comunicando e pedindo a utilização da tribuna para a governadora do Distrito LD-D1 do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Lyons Clubes, Neiva Anna Genari Scalco, que está aqui. Eu agradeço a presença e convido pra usar a Tribuna do Povo. (A Senhora Neiva, após contar um pouco da própria história, discorreu sobre o trabalho realizado pelo Lyons Clube, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e que atua em 210 países e territórios. Convidou a todos para a 15ª Convenção Distrital que será realizada no Centro Cultural Gilberto Mayer, nos dias 15 e 16 de abril do corrente, com abertura marcada para 19:30 horas. Ao final agradeceu pela oportunidade) - Presidente: Nós que agradecemos. Leve o nosso abraço a todos do Lyons Clube pelos relevantes serviços prestados à sociedade de Cascavel, no Paraná e na verdade no Brasil e no mundo, a tantos e tantos homens. Obrigado, governadora e quero deixar um agradecimento à participação do Lyons Clube, através da governadora Neiva Ana Genari Scalco. Agora eu convido pra fazer o uso da Tribuna do Povo, o presidente da Associação de Moradores do Bairro Brasília I, Joci Rocha, o Joci da Autoescola, pra falar em nome da Associação de moradores. (O senhor Joci Rocha asseverou da necessidade de se encontrar uma solução para o problema da Upa, na região norte e da qual dependem quase 70 mil pessoas. Dentre eles, o atendimento a pessoas com doenças mentais, que muitas vezes, ficam amarrados na cama, ocasionando inclusive problemas aos enfermeiros, devido ao descontrole dos mesmos. Pleiteou em nome da comunidade melhor acompanhamento por parte da Secretaria de Saúde, já que lá pacientes aguardam dias por um internamento. Reclamou sobre a falta de material para atendimento médico, reforçando apelo aos vereadores para solução das dificuldades enfrentadas. - Presidente: Muito obrigado, Joci. E agora eu convido pra fazer uso da Tribuna do Povo, o Siprovel através do seu presidente, Amilton. (O senhor Amilton falou sobre a educação no município de Cascavel, mencionando os problemas enfrentados pelos professores e pelas instituições de ensino, destacando a situação de precariedade. Citou a falta de planejamento e de investimento no setor, bem como a falta de profissionais, devido aos baixos salários. Acrescentando a urgência na valorização dos professores e no cumprimento do piso salarial mínimo da categoria. Ao final agradeceu.). - Presidente: Nós que agradecemos e agora, convido pra fazer uso da palavra em nome da APP sindicato, o professor Jeferson Luiz Kaibers. (O senhor Jeferson Luiz Kaibers, teceu críticas severas aos vereadores, no que tange ao posicionamento e competência em relação à LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ao final agradeceu) – Vereador Jorge Bocasanta: Questão de ordem. O lugar de se discutir democracia é aqui, discordo de se discutir gênero, aqui. E mais ninguém pode vir aqui dizer merda, dizer que nós temos que seguir uma lei só e não podemos discutir. A democracia se faz com a opinião de vários e nós aqui, não é o Jorge Bocasanta que está aqui. Eu quero ver os alunos deles aprendendo e passando em vestibulares; isso eu quero ver. Eu quero vê-los pararem os alunos que estão matando gente aí e, eles ficando omissos nas escolas, com medo de denunciar as crianças ou de apoiá-las. Esse negócio de gênero, sempre fui contra. Falar que somos submissos a uma lei? Se a lei foi feita por um bando de corruptos, que tem lá no Congresso, vamos ficar de joelho diante da Lei? Não! Eu vejo uma nova ordem e a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nova ordem, te digo que: ninguém tira o lugar da família. Veja a Alemanha, a mãe fica 3 anos em casa pra cuidar do seu filho; entendeu? Quero que o IDEB aumente em Cascavel que daí, eu vou ficar quieto e em silêncio. Onde houver democracia eu tenho direito de exclamar que, eles ganham dinheiro e não cumprem sua função. Como ele falou aqui e saiu daqui; isto aí não é democracia. E nós, não podemos falar mais, representantes do povo, com o voto do povo, não podemos reclamar? A minha palavra não está certa, não pode estar certa, a minha palavra é pra ser discutida e chegar a um consenso do que é melhor pra Cascavel, para o País e para o mundo e não eles, através de uma lei ditatorialmente vão nos calar. Não. Estudei na escola pública de Itapejara D'Oeste e passei na Universidade Federal e os meus professores têm orgulho de mim. Eu quero que eles tenham orgulho dos alunos deles, quando passam nas universidades federais, não vir discutir porcaria. Era isso. Muito obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Se os professores se preocupassem mais com qualidade de estudo e não se preocupar tanto em implantar uma ideologia, a qualidade dos nossos alunos seria muito melhor. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Então era só isso. Como estamos bem no país, não tem creche. O menino falou da saúde, que está morrendo gente e está morrendo; e a escola que poderia fazer um cidadão melhor, está se preocupando com outras coisas. Sobre esse negócio de gênero, eu acho que a pessoa já nasce com isso. Sou uma pessoa muito livre, só que lugar de professor é pra ensinar, não é pra mentir pra população. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Passamos para as inscrições de interesse público e a primeira é do vereador João Paulo de Lima. – Vereador João Paulo de Lima: Não entrarei nesse tema que foi debatido, agora pouco aqui. Só que acho lamentável, os dois lados têm que ouvir. Eu quero aqui respeitar, inclusive, a posição do senhor presidente que passou a tribuna às pessoas que hoje se inscreveram para estarem, aqui. Deixou inclusive, os vereadores no segundo plano para que realmente desse essa oportunidade para as pessoas que, quisessem vir aqui, falar e defender a sua entidade, enfim, isso é democracia. Agora, lamentável, depois que se encerra um determinado episódio, aqui nesta Casa; aí sai e vira as costas. Isso é lamentável. A democracia você ouve o sim e o não, isto que é de fato. Então é só pra deixar registrado que, são coisas que a gente só vê um lado e não vê o outro. Acho importante esse debate, inclusive das entidades que estiver aqui, desde a primeira até a última. Agora, também tem que ter o respeito aos senhores vereadores, porque estamos aqui nesse parlamento e fomos eleitos pela população de Cascavel; então é quem tem o dever de tirar. No dia 31 dezembro se esses vereadores não merecerem, não estarão mais aqui. Venho a esta tribuna para colocar a situação que saiu inclusive, agora num canal de internet, a CGN: que a Eco Cataratas, inclusive mandou o release a todas as empresas aqui, da cidade. A Eco Cataratas divulga os valores do ISSQN, repassado aos municípios. Só em 2015 foram destinados R\$ 13.000.000,00 aos 18 municípios. Cascavel de 2000 a 2015, R\$ 19.000.000,00, ou seja, R\$ 1.800.000,00 em 2014 e R\$ 1.755.000,00 em 2015. A Concessionária Eco Cataratas está fazendo seu papel, porque nesta tribuna, batemos firme nesta questão das concessionárias de pedágio



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que, inclusive, devem a esse município a questão de estabelecer o ISSQN, ou seja, os 5% que é de autonomia do município ser ressarcido dos cofres dos pedágios. Só que solicitamos em março do ano passado o pedido para que a prefeitura, o município de Cascavel também, passassem para esses vereadores os valores do ISSQN recolhido pela concessionária, e nós não tivemos êxito porque também seguindo a Lei Orgânica Municipal, nós temos o direito de em 15 dias o Executivo responder todos os questionamentos que todos os vereadores fazem. Afinal, como eu disse aqui respaldando essa Casa, fomos eleitos pelo voto democrático; então tudo que nós pedimos aqui é um direito também da população saber, o que nós estamos fazendo. E eu solicitei, senhores vereadores, pedindo ao município que nos passasse o ISSQN das arrecadações inclusive da praça São João, que é localizada aqui na cidade de Cascavel. Eu falo isso, porque o município vai investir daqui uns dias e, já saiu a licitação e a empresa já não está cumprindo o contrato. Porque quando o prefeito assinou junto com a empresa, nós estivemos presentes e o proprietário da empresa disse que: em 20 dias iniciaria o viaduto transpondo o bairro Pacaembu ao bairro Veneza e, já fazem mais de 30 dias e a empresa não apareceu nem pra colocar uma placa lá, configurar que vai iniciar esse viaduto: essa empresa de Curitiba até agora não se posicionou sobre o viaduto. E por que eu falo sobre o viaduto? Porque esse ISSQN, que é repassado ao município, a concessionária que cobra e cobra muito bem o pedágio poderia estar executando esse viaduto, vereador Nei Haveroth. O senhor que tem inclusive, levantado sobre a questão do viaduto do XIV de Novembro, que é uma loucura, um caso que até agora não resolveram. Agora, nós temos que pegar e esperar o município fazer uma licitação, que eu concordo, porque as pessoas lá estão morrendo, carros a toda hora congestionando aquela localidade; só que enfim a rodovia vem me passar que: só repassou ao município R\$ 1.700.000,00. Lógico! É um ticketzinho de pedágio que não tira nota fiscal e que pode depois falar que passou 10 carros, quando passou 200, 300 em uma hora. Dessa maneira a concessionária Eco Cataratas hoje publicizou essas informações. Espero que o Executivo, através da sua Procuradoria possa nos remeter a informação, afinal de contas isso quero aqui agradecer o presidente que: autorizou que entrasse com mandado de segurança ao juiz da Fazenda da Vara Pública de Cascavel, onde nós tivemos aí a recomendação que se o prefeito não fizer isso, a multa será de R\$ 1.500,00 dia. Então, dessa maneira eu espero que isso seja cumprido; porque essa semana vence essa questão. Lamentar o fato de a concessionária Ecocataratas estar deixando a desejar na cidade de Cascavel, ou seja, se vocês rodarem a BR 277 do Trevo de São João ao Trevo do Guarujá, vocês só vão ver equipes roçando e uma equipe de operação tapa-buraco. É isso que essa concessionária sabe fazer, nesses tantos e tantos anos de concessão deste contrato, e então realmente lamentar. Dizer aqui que, nós nos posicionamos antes dos deputados estaduais quererem um pedagiômetro. Nós fizemos esse levantamento ainda em março de 2015, só que até agora não fomos contemplados. Espero, inclusive que a partir do momento que nós tivermos esses dados na mão para confrontarmos, tanto a Eco Cataratas como a Prefeitura municipal, se não for a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

contento é interessante que façamos uma contagem nas cancelas do pedágio do Trevo São João. Só dessa maneira que nós vamos saber se, realmente essa concessionária está repassando ao município. E me causa estranheza, o município que precisa de dinheiro pra arrecadar, estou vendo aqui que inclusive, é necessário mais Cmei's, mais escolas, é mais necessário também, unidades básicas de saúde; estamos vendo aí os enfrentamentos que estamos vendo com isso, mas me causa estranheza o município não poder repassar essa tabela que, simplesmente é uma comparação. Quem sabe esses vereadores poderão cobrar melhor essa concessionária, que só está instalada em Cascavel, mas não faz nada pela população de Cascavel. Era isso, senhor presidente. – Presidente: Obrigado, Vereador João Paulo, parabéns pela sua fala. Fiz um cálculo rápido aqui, com o vereador Luiz Frare e se os números forem verdadeiros significa que eles arrecadaram 400 milhões de reais, só aqui na praça do Pedágio de Cascavel. Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Nós tivemos de volta à casa, nessa manhã, por ocasião da Tribuna do Povo mais uma infeliz fala, mais uma infeliz manifestação para tristeza não só dos vereadores que foram aqui, atacadas pelo seu posicionamento, não só da comunidade de Cascavel, que é contrária a questão da ideologia de gênero, não só a Constituição brasileira que é a nossa Carta Magna; não só o Plano Municipal, Estadual e Nacional de Educação, mas um desqualificado cidadão que trabalha no ensino e, eu vou me reservar no direito de não chamá-lo de: professor. Vou me reservar o direito de falar que: ele trabalha no colégio e veio falar da Lei de Diretrizes e Bases, Constituição, Código Civil e o Plano Nacional de Educação ao município. O cidadão entrou aqui nessa Casa, trouxe aqui mais de 100 alunos do CEEP, que iremos encaminhar expedientes oficiais dessa Casa pedindo: da liberação, da segurança pra esses alunos irem pra casa, autorização dos pais, mas essa é uma outra conversa. Veio pra cá falando de respeito, chegou aqui falou sobre a LDB, falou que os vereadores não conhecem sobre LDB, falou o que quis, o que não quis, atacou um vereador, acabou o tempo dele e colocou a mochila nas costas e foi embora. Não teve a hombridade... Não. Vamos tirar essa palavra, não teve a dignidade de ficar aqui, pra ouvir o que a população quer falar, causando indignação dos vereadores. Saiu, colocou a mochila nas costas e foi embora, como se nada tivesse acontecido. Quero aqui nessa manhã, falar sobre alguns lamentos por terem sido mobilizados alunos do CEEP, foram mobilizados por uma causa que eles não têm convicção. Foi conversado com alunos aqui e eles vieram trazidos literalmente por uma pessoa, que defende uma ideologia que, eles nem sabem o que é. Lamento por um trabalhador de um colégio, de uma instituição de ensino, vou dizer mais uma vez, não é um professor. Veio a esta Casa pra desvirtuar, com pensamento desvirtuoso da sua função. Lamentar por seus pais pensarem que os seus filhos estavam no colégio agora pela manhã e, que justificativa tem, um aluno do curso de informática, do curso de administração, do curso do meio ambiente, vir a esta Casa trazido por um professor; desculpe, deixa eu tirar a palavra de novo: por um trabalhador de um colégio pra falar, pra ouviu falar sobre aquilo que ele faz com a sua vida, e ele faz o que ele quiser. Agora, tirar os alunos da escola, do colégio, pra trazer pra cá o que é isso? Os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

alunos saem da escola para servirem de massa de manobra de um trabalhador de um colégio, que tem princípio partidário, que tem princípio ideológico avesso aos próprios alunos que estavam aqui e, sem o consentimento dos pais? Os alunos serviram de massa de manobra nessa manhã e, estou encaminhando já o expediente a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aos nossos deputados que certamente tomarão uma posição com respeito ao que aconteceu aqui, nessa manhã. Aí eu quero fazer algumas perguntas, senhores vereadores e assistência ainda presentes, nessa manhã. Primeira: os pais concordaram que os seus filhos aqui, viessem? As famílias concordaram que os seus filhos aqui, viessem? Alunos que saíram de casa pela manhã, que levantaram 6:00 da manhã pra pegar transporte escolar, pra ir pra escola aprender sobre informática e são trazidos para o plenário para ouvirem uma baboseira de um trabalhador de um colégio, que não tem nenhuma condição de defendê-los. Eu quero fazer outra pergunta: a direção do CEEP concorda com isso? Nós vamos questionar também, de forma oficial. Vieram fazer uma pesquisa, pra ver se os vereadores sabiam o que era LDB, um subterfúgio para justificar um pensamento prévio de um rapaz que trabalha no CEEP e que não tem a dignidade de ficar aqui, pra ouvir os vereadores que ele mesmo atacou. O diretor concorda? A direção do CEEP concorda com isso? O Plano Estadual de Educação está sendo observado? É outra pergunta. Vamos levar isso à diante; este professor ou este trabalhador do colégio é partidário, tem interesse político e está ferindo o direito de aprendizado dos nossos alunos para se promover. E aqui agora, eu quero falar com os pais e com a nossa população: o seu filho nessa manhã foi usado para vir aqui, promover um rapaz, retirar a palavra de um cidadão, um morador de Cascavel, pra vir defender aquilo que ele acredita. O seu filho que saiu de casa e que a mãe levantou pra fazer café de manhã hoje cedo, veio aqui pra ouvir uma aberração como essa. Acabo de receber aqui, senhores vereadores, através do whatsapp, uma mensagem: “se for o Kaibers que é o nome do cidadão que se apresentou aqui, é um intolerante religioso, quer implantar o ateísmo e outras ideologias. Tive aulas com ele quando estudei no CEEP.” Quero também manifestar sobre algumas mensagens que recebi de professores, que diz: “esse rapaz não representa os professores.” Outra mensagem: “esse cidadão não fala em nome da classe trabalhadora da Educação”. Não fala mesmo. Quero falar aos pais e a comunidade: estamos dispondo uma assessoria jurídica aos senhores, que se sentirem insultados nesse ultraje que os seus filhos passaram essa manhã, desse cidadão vir trazer seus filhos aqui e estamos dispondo de assessoria jurídica, para que os senhores acionem a Justiça, aqui. E que você pai, você família não seja mais ultrajado pelo seu direito constitucional de família. E mando aqui também, um apelo aos nossos deputados estaduais, aos nossos deputados estaduais da bancada católica, da bancada evangélica, da bancada religiosa, bancada da família, da Assembleia Legislativa do Paraná, nós esperamos um posicionamento dos senhores. Deputada Cláudia Pereira, deputado Hussein Bakri, deputada Mara Lima, deputado Pastor Gilson e assim por diante, deputado Paranhos. Esperamos um posicionamento muito firme dos senhores. Cascavel não quer mais isso. Obrigado. – Presidente: Com a palavra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Vou ter que falar também da pesquisa que foi feita em minha sala. Eu respondi todas as perguntas, não fui citado pelo rapaz ali, que eu respondi todas. E o interessante é que vieram tão treinados que o rapaz chegou pra mim e disse assim: “você que é o suplente do Paulo Beber?” Então vieram treinados, vieram com artimanhas para fazer isso. Eu quero pra vocês que nós não estamos discutindo, neste momento, a ideologia de gênero já está aprovada, já é lei. Mesmo o rapaz dizendo que, nós somos todos ignorantes, que não conhecemos leis, nós conhecemos leis. Nós estudamos e temos assessorias de primeiro porte que nos auxiliam e aqui, nos ajudam a formar as leis nesta Casa. Não tinha feito isso, porque acabou essa parte. Quero falar de uma lei que não foi cumprida, uma lei dessa Casa: *Objetivos, conteúdos e avaliação de disciplina de ensino religioso*. Professores, por favor, prestem atenção nessa leitura que eu vou fazer aqui: Pré-escola: o plano de ensino religioso para o primeiro bimestre, 2 meses. O texto: *Eu e meu corpo. Respeito a valorização e aceitação, cuidados do meu corpo e do corpo do outro, higiene, saúde e alimentação, diferenças e semelhanças entre o meu corpo e o corpo do outro, tom de pele estrutura do cabelo, altura, peso, cor dos olhos, etc. órgãos dos sentimentos e a descoberta da realidade, o que me proporciona o toque, o cheiro, o gosto, o som e olhar coisas boas e coisas ruins; a minha pergunta é: onde é que está a religião, aqui?* Não estamos brincando, aqui. Eu quero também dizer, depois de ler isso, nunca tinha lido isso aqui antes. Nós consultamos nesta Casa, o jurídico, o procurador-geral desta Casa, o Dr. Luciano Braga Côrtes, que fez uma análise e, eu pedi a ele se: nós podíamos executar a Secretaria de Educação por permitir que uma lei fosse engavetada e fosse feito um plano de educação enviado para os colégios. Resposta do doutor da procuradoria desta Casa: *desrespeito ao conteúdo na alegação municipal de paz de agente público caracteriza insubordinação, violação de conduta, podendo acarretar sanções civis, administrativas e penais*. Então, essa Casa pode e deve executar essa situação por descumprir uma lei. Descumpriu uma lei e isso será cumprido. Também essa Casa decidiu que alguns vereadores que nós vamos estar fazendo agora, apresentando pra amanhã um requerimento e vamos convidar o reitor da Faculdade Universidade Estadual do Paraná, o senhor Cascá para que venha a essa Casa nos dizer: se ele é a favor ou contra se cumprir uma lei, porque nós estamos discutindo uma lei, que não foi seguida. Acabou ideologia de gênero, identidade de gênero, o rapaz falou sobre gênero, tem que aprender: gênero homem, gênero mulher; diversidade de gêneros, nós atingimos entorno de 50, 100 tipos de gêneros. Nós conhecemos, nós não somos tão bobos. Ele falou ali: “Porque eu estudei”. Eu também estudei. Também tenho a minha formação, não estamos discutindo isso. Nós estamos discutindo uma lei que foi aprovada e tem que ser cumprida; senão não adianta fazer lei; mesmo goste ou não goste, que cumpra-se a lei. Também tomaremos providência, não nessa situação como está levantando, o rapaz levantou ali. Nós vamos tomar providências quanto a uma lei que não foi cumprida e tem que ser cumprida. Queremos dizer que, nem todos os vereadores são obrigados a saber coisas que são diariamente estudadas lá pelos professores, tudo mais. Lógico, o Bocasanta na hora não lembrou,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

não lembrou e agora vem acusar? O cara é doutor, pelo amor de Deus, o cara é médico, o cara estudou, o cara se formou. E se o doutor Bocasanta fizesse uma pergunta pra ele sobre medicina? Ele não ia saber. É uma situação muito difícil e nós vamos cumprir o que diz a lei e a lei será cumprida, queira ou não queira. Muito obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Abro mão da palavra. – Presidente: Sendo a inscrição do vereador Nei H. Haveroth a última do dia, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e doze minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário